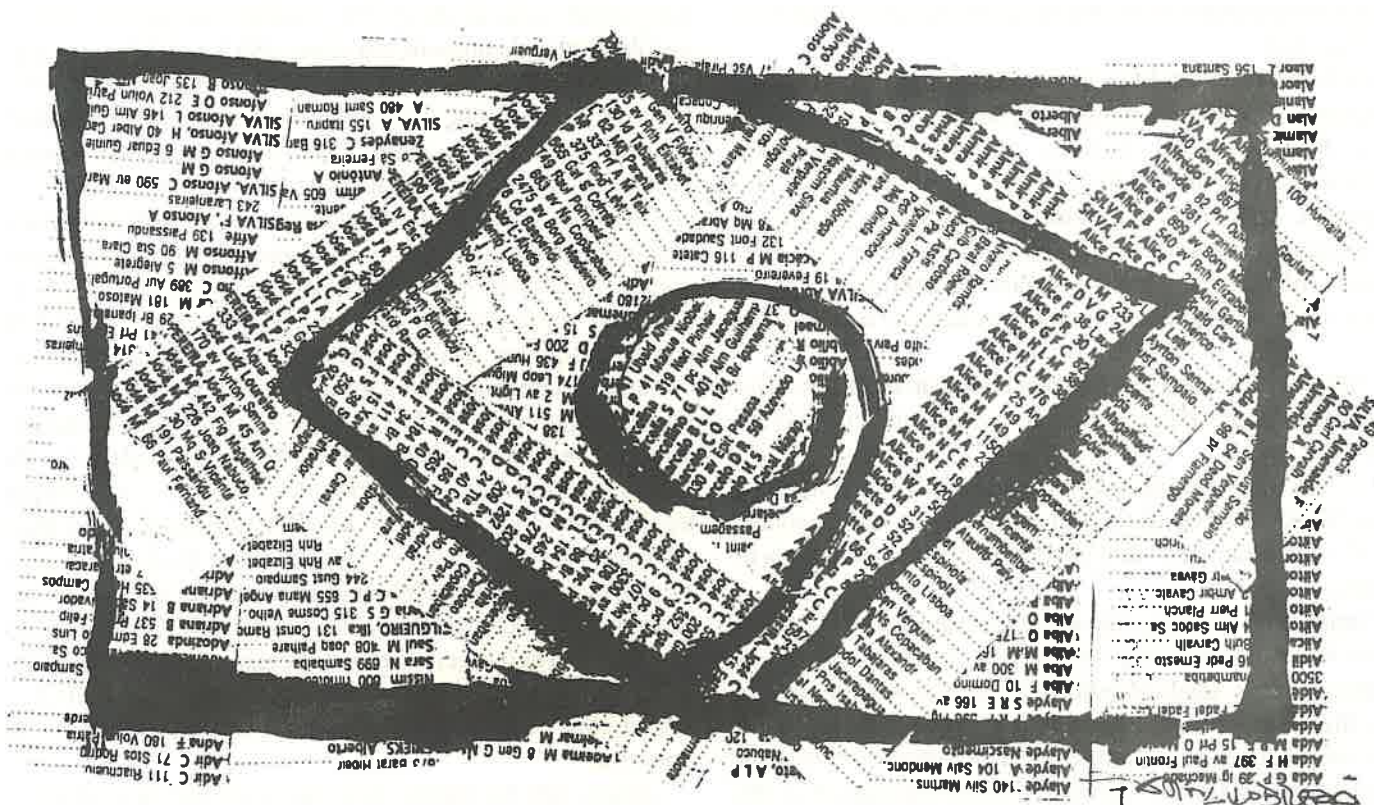




A AEPET, em conjunto com o MODECOM e dezenas de outras entidades da sociedade brasileira, está iniciando uma ampla campanha para coleta de assinaturas, exigindo que as reformas patrocinadas pelo governo de FHC, conduzidas de forma antidemocrática, sejam submetidas a referendo popular. Neste sentido, pretendemos, nos primeiros dias de reabertura do Congresso, após o recesso de julho, levar aos parlamentares centenas de milhares de assinaturas.

Em face do exposto, solicitamos o máximo empenho de todos os associados da AEPET, assim como de seus familiares e amigos, no sentido de colher o maior número de assinaturas.

Os abaixo-assinados podem ser reproduzidos a partir do modelo anexo.



Divulgamos, ainda, neste boletim, o artigo "Porque sou a favor do monopólio constitucional do petróleo", do presidente da AEPET, Fernando Siqueira. Este texto explica, com clareza e objetividade, as razões que levam a AEPET, assim como inúmeras outras entidades da sociedade brasileira, a defender a PETROBRAS, o patrimônio público e a Soberania Nacional.

PORQUE SOU A FAVOR DO MONOPÓLIO CONSTITUCIONAL DO PETRÓLEO

Fernando Siqueira

O petróleo é um recurso natural, não renovável, de inquestionável valor estratégico para a segurança econômica e militar de qualquer país. É, ainda, um bem econômico de indiscutível finalidade social. Dele é obtida mais da metade da energia consumida no mundo. A indústria petrolífera tem características próprias. Uma das mais marcantes é seu caráter monopolista, oligopolista, cartelizado. A Guerra do Golfo, mobilizando 600 mil soldados de 16 nações contra o Iraque, ao custo de US\$ 90 bilhões, com a morte de 230 mil iraquianos (120 mil civis) demonstrou, de forma dramática, o valor estratégico do petróleo. Nestas condições não é possível delegar o controle da indústria petrolífera brasileira a meia dúzia de gigantescas corporações estrangeiras, como pretendem os defensores da "flexibilização do monopólio". Nesta matéria, só temos duas opções: monopólio do Estado, sob controle da sociedade, ou oligopólio internacional.

Os resultados da política nacional do petróleo, fundada no princípio constitucional do monopólio, são expressivos.

A PETROBRAS pratica preços inferiores aos internacionais. Nos últimos 7 anos isto significou uma economia, para os consumidores, de US\$ 20 bilhões. A consequência imediata da revogação do monopólio serão preços alinhados aos internacionais, gerando aumentos de custos, inflação e perda de competitividade da economia do País.

A PETROBRAS opera sem receber recursos do Governo. Ao contrário, em 1994, recolheu aos cofres públicos US\$ 6,5 bilhões.

Os custos de produção e refino da PETROBRAS, apurados em auditorias independentes, são inferiores aos internacionais. Em 41 anos foram mais de US\$ 200 bilhões em economia de divisas.

Temos uma produção de óleo e gás natural equivalente a quase 900 mil barris/dia. As reservas já ultrapassaram 10 bilhões de barris, sendo superiores às das maiores companhias petrolíferas privadas (Exxon, Shell, Texaco, Mobil, BP e Chevron). O mais importante é que temos produção crescente com reservas crescentes. Para cada barril produzido em 1994, foram incorporados às reservas 2,9 barris.

A PETROBRAS investe maciçamente em tecnologia. São US\$ 180 milhões anuais, correspondendo a 1% do seu

faturamento. O esforço deu resultados. O Brasil é líder mundial na exploração de petróleo no "offshore", em águas profundas.

Não há razões para mudar o que está dando certo.

Com o monopólio, os lucros da atividade permanecem no Brasil, gerando empregos, encomendas para a indústria brasileira, estimulando o desenvolvimento nacional. Em 1994 a PETROBRAS lucrou US\$ 1,7 bilhão. Com as empresas estrangeiras temos a transferência, para o exterior, de bilhões de dólares que são fundamentais ao nosso desenvolvimento. Em 1994 a Shell apurou um resultado de US\$ 100 milhões dos quais US\$ 60 milhões foram enviados à sua matriz (Gazeta Mercantil, 14.04.95).

Sobre a alegada incapacidade da PETROBRAS de gerar recursos para investimentos, a mesma não passa de uma falácia. Não obstante a política de preços que sacrifica a PETROBRAS, transferindo recursos da ordem de bilhões de dólares para as distribuidoras, ela investiu, em 1994, US\$ 2,3 bilhões, cerca de 13% do seu faturamento anual. Este valor é percentualmente superior ao total aplicado pelo Grupo Shell a nível mundial, em mais de 100 países, apenas US\$ 10 bilhões, menos de 10% do seu faturamento que é superior a US\$ 100 bilhões/ano.

Sobre a transferência de recursos para distribuidoras e descumprimento, por parte do Governo, da legislação de preços para os derivados, o documento oficial do Congresso Nacional, subscrito pelo senador José Fogaça, relator da CPI que investigou o assunto registra: "As transferências são berrantes e chega-se à conclusão que bilhões de dólares foram extorquidos da PETROBRAS em favor dos segmentos a jusante, as distribuidoras de derivados (página 29). Os preços dos derivados deixaram de garantir a remuneração legal mínima dos investimentos da PETROBRAS, ameaçando a saúde financeira e a própria existência da Empresa (página 31). No período de 1985/1989, a perda em função da defasagem dos preços dos derivados soma US\$ 2,75 bilhões. As perdas com a defasagem cambial chegam a US\$ 972 milhões/ano (página 32)". À idêntica conclusão chegaram o TCU e o Conselho Federal da OAB, após examinar as contas da Empresa.

Assim, não há argumentos plausíveis que justifiquem a quebra do monopólio do petróleo, verdadeiro objetivo dos que defendem a "flexibilização", um eufemismo empregado para atenuar resistências dos parlamentares e da opinião pública.

Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET)

Av. Almirante Barroso, 22 - 19º andar - Centro - RJ - CEP: 20031-000 - Tel.: 220-4774 - Fax: 262-9224

BOLETIM DA AEPET

■ **Coordenação Gráfica: Selulloid AG Comunicação - Tel: 220-3861** ■ **Jornalista Responsável: Ivana Barreto**